

X ANC

Sarney promete não interferir na Constituinte

Ele revelou a deputados: não quer legislar por decreto-lei sem repartir responsabilidades



Tímidos, novatos se perdem no Congresso

MARIA LIMA
Da Editoria Política

Tímidos, um tanto constrangidos, como se estivessem chegando em uma casa de estranhos pela primeira vez. Este, em geral, tem sido o comportamento dos quase 300 parlamentares estrangeiros que já chegaram ao Congresso Nacional — vindos do Acre ou Rio Grande do Sul — para conhecer o novo local de trabalho e para acertarem instalações nos gabinetes e apartamentos funcionais.

Meio perdidos entre tantos corredores, anexos e salas existentes no grandioso prédio do Congresso Nacional, o primeiro contato é feito sempre com os seguranças que também fazem a recepção da Casa. Com estes recepcionistas, os deputados e senadores calurosos procuram se abastecer com o máximo de informações possíveis, para evitar maiores constrangimentos nos muitos gabinetes que terão de visitar.

Até o final desta semana, o movimento dos novos parlamentares na Câmara e Senado foi intenso, mas até agora, dos 301 deputados e 38 senadores, quase todos já acertaram a acomodação nos gabinetes e apartamentos funcionais. Logo na entrada já avisam aos seguranças: "Somos da safra dos novos, precisamos de sua ajuda para localizarmos alguns gabinetes". Como não poderia deixar de ser, os mineiros são os mais desconflados e chegam mais acanhados, como revelam os porteiros.

Até mesmo o internacional Hélio Costa, eleito deputado pelo PMDB de Minas Gerais, chegou pisando em casca de ovos. Com um papelzinho onde havia uma anotação, ele perguntou aos porteiros onde poderia falar "com um tal de Doutor Sabino". Tratava-se de Adelmar Sabino,

diretor-geral da Câmara, que está cuidando pessoalmente da coordenação da passagem dos gabinetes e apartamentos dos antigos parlamentares derrotados, para os novos. Depois da portaria, o gabinete do "Doutor Sabino" no 3º andar é o próximo passo dos estrangeiros. Ali, eles são informados do gabinete que lhe será destinado, bem como do seu novo local de moradia.

SEM CAMA DE CASAL

Como nas legislaturas anteriores, este ano a direção da Câmara terá de acomodar em hotéis pelo menos 55 deputados, pois este é o déficit de apartamentos funcionais atualmente. O administrador geral da Câmara espera resolver o problema encaminhando para os hotéis os parlamentares solteiros, ou os casados que estão vindo para Brasília sem as famílias. O Senado não enfrenta o problema de falta de apartamentos, pois o número existente é exatamente igual ao número de senadores eleitos, inclusive contando com os novos.

Para agravar a situação de déficit, a Câmara enfrenta casos, por exemplo, de parlamentares que ocupam dois apartamentos por terem família numerosa. Nesta legislatura que se encerrou agora ocuparam dois imóveis os deputados Adail Vitorazzo (PDS/SP), Jorge Vargas (PMDB/MG), João Paganella (PDS/SC), e no Senado, o senador Agenor Maria (PMDB/RN) que tem esposa e 11 filhos. Mas das estas dificuldades, Adelmar Sabino informa que este ano a Câmara não tem a intenção de atender caso como estes.

Não é intenção da Câmara também promover a troca de mobiliário de seus 434 apartamentos funcionais, a não ser o estritamente es-

sencial, como colchões estragados ou eletrodomésticos que não estejam em condições de bom funcionamento. Nas legislaturas anteriores a prática normal dos novos parlamentares que chegavam era pedir "móveis zero quilômetro", como revela um dos funcionários do setor de controle de patrimônio da Câmara. Os móveis usados eram despejados em um depósito e depois levados a leilão. No dia 06 de dezembro, por exemplo, foram leiloados 80 camas, colchões e outros utensílios domésticos.

— Eles recebem a casa toda montada, só precisam levar roupa de cama — comenta o mesmo funcionário.

Adelmar Sabino admite que os novos parlamentares têm o direito de exigir mobiliário novo. "O normal é que recebam e entreguem tudo novo", diz, esclarecendo, porém, que hoje a Câmara não tem condições materiais nem de recursos para fazer qualquer reforma ou troca de mobiliário, com exceção do necessário.

Deixando em Uberlândia, Minas Gerais, uma confortável e espaçosa casa para se instalar em um dos apartamentos funcionais em Brasília, o novato Virgílio Galeassi (PMDB) teve uma surpresa no momento em que fazia o reconhecimento do imóvel, antes ocupado pelo deputado conterrâneo Rondon Pacheco. Ao chegar ao quarto de casal constatou que faltava ali o móvel mais importante da peça: a cama. Levado o problema ao administrador da Câmara, obteve de Adelmar Sabino a garantia de que "isto, pelo menos teria de ser resolvido". As cortinas, outra reivindicação de Galeassi, terão de esperar um pouco mais.

Apesar da falta de corti-

nas e da cama de casal, Virgílio Galeassi mostrou-se satisfeito com o estado do apartamento e no novo gabinete que irá ocupar. Ele explicou que só falta agora um toque pessoal de sua esposa, dona Maria Lúcia, que deverá juntar à mobília já existente as cortinas, um vaso de flores ou um tapete diferente. "Não vai passar disso. Largar a casa dela é sempre um sacrifício, mas como eu ela considera que qualquer esforço vale a pena para a tarefa que irei desempenhar nos próximos quatro anos.

SEM REGALIAS

Até agora, a legislação existente não prevê a concessão de apartamentos funcionais ou passagens aéreas aos oito deputados e três senadores eleitos por Brasília. Isto deverá ainda ser analisado pela mesa da Câmara e Senado. Mas o diretor-geral da Câmara é um dos que consideram que os parlamentares candongos deveriam ter os mesmos direitos dos parlamentares vindos de outros estados.

Ele cita por exemplo, que pode existir casos de eleitos por Brasília que não tenham imóveis próprios, e, ao mesmo tempo há os que são eleitos por outras localidades que não precisam dos apartamentos funcionais. Neste caso está o jornalista Antônio Brito, eleito pelo PMDB do Rio Grande do Sul, que dispensou o apartamento oferecido pela Câmara, porque irá morar em uma casa de sua propriedade no Lago Sul.

As mudanças dos novos parlamentares para os apartamentos e gabinetes só deverão ser concretizadas depois do dia 1º de fevereiro, quando tomarão posse no Congresso Nacional. Até lá os deputados e senadores não reeleitos ainda poderão ocupar as instalações da Câmara. O deputado gaúcho João Gilberto (PMDB) foi um dos primeiros a desocupar apartamento e gabinete. Ele fez a mudança no dia 15 de dezembro, para a instalação de um deputado novo, seu conterrâneo, Nelson Jobim, também do PMDB, e seu sucessor na região de Santa Maria. Depois da mudança, uma única anotação em letras grandes em sua agenda, na página do dia 16: "FERIAS!!!".

JOZAFÁ DANTAS
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney não vai interferir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Essa sua decisão já foi comunicada a vários parlamentares. Ele também não deseja mais utilizar o decreto-lei para governar o País. Por isso, ele espera que o Poder Legislativo chegue logo a um acordo sobre o funcionamento ordinário do Congresso Nacional, pois deseja repartir as responsabilidades.

A intenção de Sarney é se valer somente de leis, que são aprovadas pelo Congresso Nacional em maioria simples. Ele espera que as lideranças dos partidos cheguem logo a um acordo, para que ele tenha condições de saber como o Poder Executivo deve proceder para aprovar os seus projetos de lei.

O presidente Sarney utilizou 27 decretos-leis este ano, mas segundo explicou assessores do Palácio do Planalto, foi obrigado, porque o Congresso Nacional viveu um período atípico, mais preocupado com a realização das eleições constitucionais. Se o presidente fosse esperar pelos

políticos, não teria realizado as mudanças.

A utilização da figura do decreto-lei também foi uma necessidade, já que as mudanças drásticas devem ser feitas "no grito", como costumam dizer os assessores do próprio Presidente. Mas Sarney não foi o presidente que mais utilizou o mecanismo, já que o ex-presidente João Figueiredo usou-o por 92 vezes em 1984. Em 1985, o decreto-lei foi empregado apenas 5 vezes.

Sarney mandou 105 projetos de lei para o Congresso Nacional, no ano de 86, mas em 85 esse número ficou em 93, perdendo para o então presidente Figueiredo com 97. Mas, enquanto Figueiredo sancionou apenas 117 projetos de lei e vetou totalmente 21 e 7 parcialmente, Sarney aprovou 159, muitos em seu primeiro ano de governo, embora 12 tenham sofrido veto parcial. Sarney vetou, entretanto, 45 projetos de lei.

Já no ano passado, Sarney aprovou somente 126 projetos de lei, vetando 22 parcialmente e igual número totalmente. Mas, Sarney, apesar de pedir a compreensão dos políticos, foi mais duro com o Poder Legislativo, já que os 24 proje-

tos de iniciativa parlamentar aprovados, ele vetou 13 parcialmente e 17 totalmente. Entre eles, pode ser citado o projeto que concedia um piso de seis salários mínimos aos jornalistas.

O presidente Sarney não vai interferir na confecção da nova Constituição, e até mesmo o projeto elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais, presidido pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco, eleito senador pelo PFL fluminense — não será encaminhada oficialmente ao Congresso, para não levantar suspeitas de que estaria interessado em ditar as regras do jogo.

Assessores do Presidente explicam que seria uma falta de cortesia de Sarney se o Poder Executivo exercesse qualquer poder sobre a elaboração da Constituição. Eles explicam que a nova Carta Magna deve ser de competência do Legislativo, e que no momento oportuno os parlamentares de esquerda do PMDB vão se unir aos do PT, assim como os conservadores vão formar bloco para fazer valer seus direitos. Notadamente, os grupos econômicos que financiaram campanhas políticas vão querer o troco.

Passarinho defende uso de decretos

Belém — O senador eleito pelo PDS/PA, Jarbas Passarinho, disse ontem discordar da proposta feita pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que defende a criação de apenas uma comissão para tratar de matéria ordinária no Congresso como forma de não prejudicar o andamento da Constituinte, e fez sua própria sugestão, de que durante a Constituinte o presidente José Sarney governe através de decretos-leis.

Passarinho compareceu ontem pela manhã ao Tribunal Regional Eleitoral, onde foi diplomado senador da República, e em entrevista disse que a prioridade de suas preocupações no terceiro mandato de senador que ora inicia será a Constituinte, sem detrimimento dos pleitos regionais. E sobre a Constituinte disse o Senador achar impraticável o funcionamento da Câmara e do Senado, com suas 16 comissões (em cada casa) paralelamente ao funcionamento da Constituinte.

Carneiro deve ser eleito, diz Campos

Belo Horizonte — O líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos (MG), afirmou ontem que o senador Nelson Carneiro (RJ) tem chance muito grande de ser eleito para a Presidência do Senado no dia 1º de fevereiro, em substituição a José Fragelli.

— Difícilmente ele seria derrotado, assinalou Alfredo Campos, que desde o início de dezembro vem trabalhando junto aos senadores numa sondagem para levantar suas preferências. Hoje, o líder do PMDB retorna a Brasília para retomar os contatos, indiferente à tese daqueles parlamentares que vêm defendendo a suspensão dos trabalhos do Senado e da Câmara durante o período em que estiver funcionando a Constituinte.

Ele afirmou que às 10h do dia 1º de fevereiro, o Senado escolhe seu novo presidente e, à tarde, instala-se a Assembleia Nacional Constituinte. Alfredo Campos considera impossível administrar a Constituinte sem a mesa do Senado e da Câmara dos Deputados. "Entre a teoria e a prática há uma distância muito grande", observou.

"É inviável colocar tudo nas mãos de uma só pessoa, no caso o presidente da Constituinte". Segundo ele, a questão da legislação ordinária deve permanecer nas mãos do Senado e da Câmara, enquanto a Constituinte funcionaria paralelamente, dedicando-se aos trabalhos de elaboração da futura Constituição. Desta forma o eventual vice-presidente da República continuaria sendo o presidente da Câmara dos Deputados.

Total de mensagens encaminhadas ao Congresso

ANO PROPOSIÇÕES	1984	1985	1986	TOTAL
Decreto-lei	92	08	27	125
Comunicação	—	04	—	04
Retirada	06	14	11	31
Projeto de lei	97	93	105	295
Agradecimento	45	19	41	105
Indicação, Embaixadores e Ministros	44	38	46	128
Proposta, Empréstimos	85	85	343	514
PEC	01	02	—	03
Texto, Acordos e Convênios	28	16	29	73
Autorização de viagem PR	04	03	05	12
Pedido homologação (emissão de papel moeda)	01	02	02	05
Mensagem Aditiva	01	01	—	02
TOTAL GERAL	404	284	609	1.297

Semana começa com a economia

— A primeira semana de trabalho do presidente José Sarney, em 1987, foi relativamente amena — apesar dos problemas econômicos — e administrativos, a julgar por sua agenda semanal, que foi tomada por 18 ministros de Estado. A semana que se inicia promete ser mais tensa, já que começa com a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

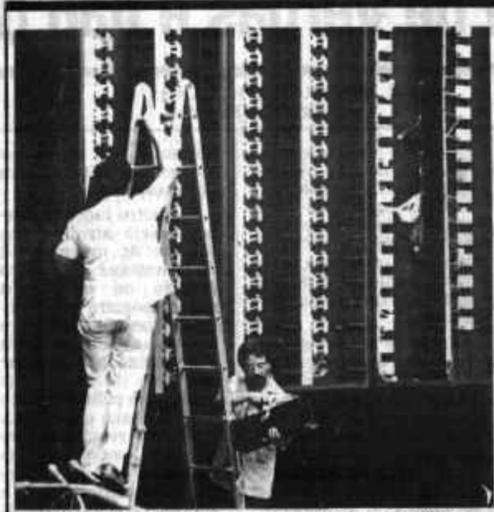
O Presidente passa o fim de semana no Palácio da Alvorada, mas poderá dar uma chegada hoje no seu sítio em Luziânia, para passar o dia. A assessoria do Presidente não tinha conhecimento detalhado da agenda de fim de semana do presidente. Eles garantiram, entretanto, que Sarney não vai receber ninguém.

Depois da reunião do Conselho, amanhã, o Presidente vai receber do ministro da Justiça, Paulo Brossard, um relato de sua primeira semana de visitas aos governadores eleitos. Ele ficará sabendo como está sendo recebida a sua proposta de eleição do vice-presidente. Mas, o dia mais importante politicamente para Sarney será na quarta-feira, quando ele vai receber os 22 governadores eleitos do PMDB.

Na quinta-feira, Sarney vai ouvir os problemas do setor energético, que serão relatados pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e pelo presidente de Furnas, João Camilo Penna. Na sexta-feira, Sarney ficará mais tranquilo porque vai inaugurar as duas primeiras turbinas da

hidrelétrica de Itaipu, que vão possibilitar o abastecimento de energia de vários estados do País, reduzindo, assim, o risco de racionamento.

Apesar de ter descansado durante 13 dias, o presidente Sarney apresentou durante a semana alguns sinais de tensão. Ele vem se preocupando com os problemas da economia, que são crescentes, em decorrência, especialmente, da falta de colaboração de alguns empresários e banqueiros, que resolveram boicotar o governo. A tensão do Planalto cresceu na última quinta-feira, quando o presidente da poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, pregou a "desobediência civil".



O sistema de votação foi todo desmontado

Painel eletrônico só fica pronto em julho

A reforma do painel eletrônico da Câmara dos Deputados, com o objetivo de agilizar o processo de votação durante os trabalhos da Constituinte está a cargo de sete técnicos da Aeg (Central Geral Elétrica, da Alemanha) que anteriormente participava do grupo Telefunken, e mais cinco funcionários da Câmara dos Deputados. Eles estão preocupados em treinar o serviço no plenário antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Esta primeira etapa de

reforma deverá durar cerca de 40 dias. Trata-se de desmontar o equipamento original e enviar as peças para São Paulo e tentar recuperar o que for possível, substituindo as peças inaproveitáveis. Realizada esta operação, novos técnicos virão para uma etapa seguinte. Os técnicos envolvidos na reforma estão preocupados em encontrar uma fórmula de trabalho que permita terminar todo o projeto em cinco ou seis meses, sem que o funcionamento da Constituinte seja prejudicado por eles.